

A crise da representação no Antropoceno como colapso da linguagem

The crisis of representation in the Anthropocene as a collapse of language

La crisis de la representación en el Antropoceno como colapso del lenguaje

DOI: 10.55905/rmuscv3n2-001

Recebido: 1/8/2025

Aceito: 29/8/2025

Isabella Tavares Sozza Moraes¹

RESUMO

Este artigo investiga a crise ambiental do Antropoceno enquanto uma crise semiótica fundamental, centrada no colapso da capacidade representacional da linguagem humana perante a magnitude dos hiperobjetos. A justificativa reside na necessidade de as ciências da linguagem responderem ao desafio colocado pela nova era geológica, que exige uma revisão dos pactos de significação que organizam a vida coletiva. O objetivo geral é analisar como a linguagem, em seus regimes descritivo e performativo, falha em dar conta da realidade dos fenômenos ambientais, gerando uma aporia representacional. A metodologia consiste numa análise teórico-conceitual de caráter filosófico-semiológico, tomando como corpus as formulações de Timothy Morton sobre hiperobjetos e a noção de Umwelt de Jakob von Uexküll, confrontadas com a teoria semiótica da enunciação. O arcabouço teórico principal articula a semiótica francesa (Greimas, Fontanille) com a filosofia ecológica contemporânea (Morton, Latour). Os resultados indicam que o Antropoceno expõe a insuficiência dos modelos linguísticos baseados na oposição natureza/cultura, demandando uma semiótica materialista, expandida e não-antropocêntrica, capaz de ler os sinais de agentes não-humanos e de operar no registro do silêncio, do trauma e do inefável que caracterizam a experiência contemporânea do mundo.

Palavras-chave: crise semiótica, hiperobjeto, não-humanos, enunciação, inefável, materialidade.

ABSTRACT

This article investigates the environmental crisis of the Anthropocene as a fundamental semiotic crisis, centered on the collapse of human language's representational capacity in the face of the magnitude of hyperobjects. The rationale lies in the need for the language sciences to respond to the challenge posed by the new geological epoch, which demands a revision of the signification pacts that organize collective life. The general objective is to analyze how language, in its descriptive and performative regimes, fails to account for

¹ Mestre em Letras (Língua, Literatura e Cultura Italianas), Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: Isabellasoza@alumni.usp.br

the reality of environmental phenomena, generating a representational aporia. The methodology consists of a theoretical-conceptual analysis of a philosophical-semiological nature, taking as its corpus the formulations of Timothy Morton on hyperobjects and Jakob von Uexküll's notion of Umwelt, contrasted with the semiotic theory of enunciation. The main theoretical framework articulates French semiotics (Greimas, Fontanille) with contemporary ecological philosophy (Morton, Latour). The results indicate that the Anthropocene exposes the insufficiency of linguistic models based on the nature/culture opposition, demanding a materialist, expanded, and non-anthropocentric semiotics, capable of reading the signs of non-human agents and operating in the register of silence, trauma, and the ineffable that characterize the contemporary experience of the world.

Keywords: semiotic crisis, hyperobject, non-humans, enunciation, ineffable, materiality.

RESUMEN

Este artículo investiga la crisis ambiental del Antropoceno como una crisis semiótica fundamental, centrada en el colapso de la capacidad representacional del lenguaje humano ante la magnitud de los hiperobjetos. La justificación reside en la necesidad de que las ciencias del lenguaje respondan al desafío que plantea la nueva era geológica, que exige una revisión de los pactos de significación que organizan la vida colectiva. El objetivo general es analizar cómo el lenguaje, en sus regímenes descriptivos y performativos, no logra dar cuenta de la realidad de los fenómenos ambientales, generando una aporía representacional. La metodología consiste en un análisis teórico-conceptual de carácter filosófico-semiológico, tomando como corpus las formulaciones de Timothy Morton sobre los hiperobjetos y la noción de Umwelt de Jakob von Uexküll, confrontadas con la teoría semiótica de la enunciación. El marco teórico principal articula la semiótica francesa (Greimas, Fontanille) con la filosofía ecológica contemporánea (Morton, Latour). Los resultados indican que el Antropoceno expone la insuficiencia de los modelos lingüísticos basados en la oposición naturaleza/cultura, exigiendo una semiótica materialista, ampliada y no antropocéntrica, capaz de leer las señales de los agentes no humanos y operar en el registro del silencio, el trauma y lo inefable que caracterizan la experiencia contemporánea del mundo.

Palabras clave: crisis semiótica, hiperobjeto, no-humanos, enunciación, inefable, materialidad.

1 INTRODUÇÃO

A decisão da Subcomissão Internacional de Estratigrafia, em março de 2024, de não ratificar o Antropoceno como uma nova época geológica formal, baseada na ausência

de um marcador material universal no registro fóssil, paradoxalmente consolida sua potência como conceito filosófico e semiótico. A inadequação dos instrumentos clássicos de medição e descrição para apreendê-lo em sua totalidade disruptiva é uma evidência neste contexto.

O Antropoceno, assim, instala-se menos como uma categoria da geologia e mais como uma crise da linguagem, um momento de profunda interrogação sobre a capacidade dos signos de darem conta de um mundo transformado pela ação humana em escala planetária. Esta crise manifesta-se como uma aporia da representação, onde o discurso científico, político e midiático mostra-se consistentemente inadequado para descrever, narrar e significar fenômenos como a mudança climática, a sexta extinção em massa ou a acidificação dos oceanos.

A justificativa para este estudo emerge da premência de as ciências da linguagem – a semiótica, a linguística, a filosofia da linguagem – se voltarem para este vazio representacional. Se o Antropoceno é, como sugere Latour (2020), um novo regime climático que redefine por completo as relações entre humanos e não-humanos, então os pactos de significação que fundaram a modernidade estão irremediavelmente abalados. O problema de pesquisa que se coloca é: de que modo a linguagem, enquanto sistema de representação, falha em sua tarefa de construir sentido para a experiência do Antropoceno? Nossa hipótese é que esta falha não é contingente, mas estrutural, decorrente do caráter dos próprios fenômenos em questão, que Timothy Morton (2013) define como hiperobjetos: entidades de dimensão e temporalidade tão vastas que desafiam a percepção e a representação humanas diretas.

Para desenvolver esta investigação, o arcabouço teórico utilizado articula a tradição semiótica, notadamente a teoria da enunciação (Fontanille, 2008; Paolucci, 2021), com a filosofia ecológica contemporânea (Morton, 2013; Latour, 2020). A noção de Umwelt, de Jakob von Uexküll (1982), evidencia um contraponto crucial ao nos lembrar que toda criatura vive em um mundo perceptivo próprio, um dado que o antropocentrismo linguístico persistentemente ignora. O percurso do artigo desdobra-se em três movimentos interligados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A sensação persistente de que as palavras são inadequadas para descrever a mudança climática não é um defeito do vocabulário disponível, mas um sintoma da natureza da própria coisa a ser nomeada. Timothy Morton (2013) cunhou o termo hiperobjeto para designar entidades massivamente distribuídas no tempo e no espaço, de tal forma que transcendem a escala local da experiência humana.

O aquecimento global, a radiação nuclear de longa duração, o plástico nos oceanos são hiperobjetos. Eles são viscosos, aderem a qualquer tentativa de análise isolada; são não-localizáveis, manifestam-se aqui e agora em eventos climáticos extremos, mas sua causa e sua totalidade são impossíveis de apontar diretamente; e são inter-objetivos, existem na relação entre inúmeros outros objetos e fenômenos.

É esta ontologia peculiar que provoca a crise da representação. A linguagem humana, em sua função referencial, opera através de um pacto de isolamento e estabilização. Nomeia-se uma árvore, uma pedra, um rio, como se fossem entidades discretas e autônomas, ainda que saibamos que não o são.

O hiperobjeto recusa-se a esta operação, pois é demasiado vasto para ser o correlato de um signo único e demasiado intrincado para ser capturado por uma narrativa linear. A narrativa clássica, com seu início, meio e fim, com seus actantes individuais, é um artefacto do Holoceno, impotente perante uma entidade cujo “meio” é planetário e cujo “fim” se projeta por milênios. A linguagem, então, enfrenta uma aporia: dizer o hiperobjeto é, necessariamente, reduzi-lo, traí-lo, torná-lo palatável à escala humana, perdendo assim sua essência mais aterradora e crucial – sua não-humanidade radical.

Esta aporia não gera apenas silêncio, mas também um excesso discursivo paradoxal. A incapacidade de representação direta leva a uma proliferação de metáforas, modelos, gráficos e projeções que tentam, em vão, domesticar o real. O discurso científico sobre o clima, por exemplo, recorre a curvas de crescimento exponencial e modelos probabilísticos que são, em última instância, abstrações matemáticas inacessíveis à experiência sensível imediata.

O discurso midiático, por sua vez, fragmenta o hiperobjeto em catástrofes isoladas – um furacão, uma seca, um incêndio –, perdendo a visão da textura conectada e global do fenômeno. Em ambos os casos, a linguagem gira em torno de um vazio central, o

núcleo irrepresentável do hiperobjeto, produzindo tanto uma saturação de informação quanto uma carência de sentido verdadeiramente incorporado.

O que emerge não é a compreensão, mas o que Morton chama de estranheza uncanny: a perturbadora sensação de que o mundo ao nosso redor já não é um pano de fundo estável, mas um agente ativo e ameaçador, cuja lógica nos escapa.

A crise da representação do hiperobjeto é sintomática de um terremoto semiótico mais profundo: a falência do grande esquema que organizou o pensamento ocidental moderno, a divisão entre natureza e cultura. Esta divisão não era apenas ontológica, mas profundamente semiótica. Ela designava dois regimes de existência e, conseqüentemente, dois regimes de significação. De um lado, a natureza, da objetividade, da repetição causal, da lei física fixa e imutável, um mundo de signos indexais e sintomas a serem decifrados por uma ciência descritiva. De outro, a cultura, realm da subjetividade, da história, da linguagem, da política e do sentido, um mundo de signos simbólicos e convenções a serem interpretados pelas humanidades.

O Antropoceno é o momento histórico em que este edifício conceptual desaba. A ação humana tornou-se uma força geofísica, alterando os processos mais fundamentais do planeta. Não há mais um “externo” natural que sirva de pano de fundo estável para o drama humano. Como argumenta Latour (2019), nunca fizemos outra coisa senão misturar humanos e não-humanos em coletivos híbridos – estradas, redes elétricas, cultivos agrícolas, sistemas imunológicos.

O que o Antropoceno faz é tirar o véu desta operação, tornando-a impossível de ignorar. A consequência para a semiótica é radical. Já não se pode estudar os “signos culturais” como se estivessem contidos numa bolha autónoma, separados dos “signos naturais”. Uma enxurrada é, simultaneamente, um fenómeno meteorológico complexo e um evento social carregado de significados políticos, económicos e culturais. O plástico no oceano é, ao mesmo tempo, um poluente químico e o signo material do estilo de vida capitalista.

Isto exige uma semiótica expandida, uma semiótica dos coletivos. Trata-se de abandonar a pretensão de que apenas os humanos enunciam e de que a significação é um processo exclusivamente intra-linguístico. A proposta de Fontanille (2008) sobre as práticas semióticas oferece um caminho, ao deslocar o foco da linguagem verbal para a textura sígnica da experiência, que envolve corpos, objectos, espaços e afetos.

Nesta perspectiva, um protocolo científico, uma lei ambiental, um protesto de ativistas, a migração de uma espécie animal e a alteração na química de um rio são todos elementos de um mesmo tecido semiótico emaranhado. O desafio é desenvolver ferramentas para analisar esta teia sem privilegiar, a priori, a agency humana. É aprender a ler os sinais dos não-humanos, não como meros índices de uma natureza objetiva, mas como actantes que impõem restrições, propõem possibilidades e perturbam as ordens do sentido estabelecidas pelos coletivos humanos. A paisagem deixa de ser um cenário e torna-se um interlocutor mudo, porém insistente.

Se o hiperobjeto resiste à narrativa e se os não-humanos são actantes mudos no drama coletivo, que formas pode assumir uma semiótica adequada ao Antropoceno? Ela não pode contentar-se em simplesmente ampliar o arsenal terminológico ou buscar metáforas mais precisas. A crise é mais profunda e exige uma reavaliação da economia mesma do sentido, que deve aprender a operar no registo do negativo, do silêncio, do traumático e da pura materialidade.

O silêncio aqui não é ausência, mas uma presença carregada. É o silêncio das espécies extintas, cuja ausência ecoa no ecossistema e na cultura como um fantasma. É o silêncio dos dados climáticos demasiado complexos para se traduzirem em experiência narrativa. É o silêncio político daqueles que não têm voz no debate público, mas cujos corpos são os primeiros a sofrer os impactos ambientais.

Uma semiótica do Antropoceno deve tornar-se arqueológica, aprendendo a escavar estes silêncios, a interpretar as marcas do que já não está presente ou do que nunca pôde ser dito. Ela aproxima-se da tarefa do psicanalista que escuta o lapsos e os recalques, mas aplicada ao corpo coletivo e ao seu ambiente.

Paralelamente, é imperativo uma virada materialista radical. A significação não reside apenas no conteúdo representacional de um texto ou de um discurso, mas na própria materialidade dos signos e dos actantes. O plástico não significa apenas poluição; ele é poluição. A sua significação está na sua persistência química, na sua toxicidade, na sua invasão das cadeias tróficas.

O CO₂ na atmosfera não é apenas um signo da queima de combustíveis fósseis; é um actante químico que modifica radicalmente as condições de vida no planeta. Uma semiótica materialista, nesta linha, dedicar-se-ia a seguir os rastros materiais dos actantes não-humanos, descrevendo como eles se entrelaçam com as redes semióticas humanas,

perturbando-as, modificando-as e forçando-as a reconfigurações constantes.

Isto implica abdicar da ilusão de que a linguagem humana é o medium soberano da significação. Trata-se de descentrá-la em favor de uma semiótica multimodal e multiespécie, que considere o cheiro, o sabor, a textura, a força eólica, a corrente oceânica como portadores de sentido.

O objetivo já não é traduzir tudo para o humano, mas sim traduzir o humano para o coletivo, tornando-o capaz de ouvir e responder aos sinais – muitas vezes mudos, sempre materiais – que emanam do mundo do qual ele é apenas uma parte, e não mais o centro. A enunciação deixa de ser um acto exclusivamente humano para tornar-se uma propriedade emergente das redes híbridas que compõem o mundo.

2.1 A VISCOSIDADE DO HIPEROBJETO E A FALÊNCIA DA METÁFORA

A principal característica do hiperobjeto, sua viscosidade, opera uma torção peculiar na relação entre signo e referente. A linguagem representacional aspira a uma certa transparência, um ideal de precisão onde o signo se apaga diante da coisa significada. O hiperobjeto, por ser viscoso, adere ao signo que tenta capturá-lo, tornando-o opaco, pesado, inadequado. Esta aderência não é um acidente, mas a manifestação de uma propriedade ontológica.

Quando cientistas tentam representar a mudança climática através de modelos de circulação global, produzem artefactos matemáticos de uma complexidade tão abismal que se tornam, eles próprios, hiperobjetos menores, incomunicáveis para a grande maioria dos humanos. A linguagem comum, por sua vez, recorre a metáforas que inevitavelmente reduzem e distorcem. Falar do “aquecimento global” como um “tapa” que a Terra dá na humanidade é restringir um fenômeno de escala planetária e temporalidade geológica à lógica de uma interação corporal imediata e individual.

Esta falência da metáfora não indica pobreza de imaginação, mas revela o abismo que separa a escala da experiência humana incorporada da escala dos processos que ela própria desencadeou. A linguagem, nestes termos, torna-se sintomática. Ela não descreve o hiperobjeto, mas antes exhibe, na sua própria inadequação, a pressão que o hiperobjeto exerce sobre as estruturas cognitivas e semióticas existentes.

O que se comunica não é o fenômeno em si, mas o esforço e o fracasso da sua

apreensão, gerando um afeto específico da era Antropocena: uma ansiedade difusa, um sentimento de impotência face a algo que se sabe real e ameaçador, mas que resiste a qualquer forma de representação estável e consensual.

O colapso da distinção natureza/cultura força um repensar radical da noção de agência semiótica. Na tradição ocidental, a capacidade de produzir sentido foi um atributo reservado quase exclusivamente ao humano, dotado de linguagem e consciência. Os não-humanos, quando muito, podiam funcionar como signos ou sintomas a serem decifrados por um observador humano.

A filosofia de Latour (2020) e a semiótica das culturas de Fontanille (2008) permitem dissolver esta hierarquia. Um rio poluído, para usar um exemplo, não é um objeto inerte sobre o qual se projetam significados culturais. A sua química alterada, a sua biodiversidade empobrecida, a sua corrente modificada são modos de expressão, são enunciados materiais que irrompem no mundo colectivo e impõem uma reconfiguração forçada de todas as redes às quais está conectado. Ele enuncia através das suas transformações materiais.

A sua agência semiótica não é intencional no sentido humano, mas é real e eficaz. Ele convoca cientistas para medi-lo, juristas para legislar sobre ele, ativistas para defendê-lo, engenheiros para contê-lo. Ele força uma reescrita das narrativas territoriais e uma reavaliação das práticas econômicas. O seu “discurso” é a sua materialidade em transformação, e a sua “argumentação” é a força com que esta materialidade perturba o status quo.

Neste regime, a paisagem deixa de ser um palco estático e converte-se num parlamento de coisas, onde múltiplas vozes – humanas e não-humanas – articuladas através de linguagens radicalmente heterogêneas (a linguagem verbal, a lei, a química, a ecologia) negociam constantemente a forma do colectivo. A tarefa da semiótica deixa de ser a de interpretar significados estáveis para se tornar a de cartografar estas controvérsias, de seguir os fios que ligam um relatório científico sobre a qualidade da água a um protesto social, e ambos à materialidade tóxica do rio que é, simultaneamente, o objeto em disputa e um participante ativo na disputa.

O Antropoceno é, também, a era das extinções, das perdas irreversíveis e dos limiares ultrapassados. Esta dimensão traumática introduz um elemento de irrepresentabilidade absoluta no coração da experiência contemporânea. Como significar

o desaparecimento de uma espécie inteira? Como narrar o fim de um glaciar que existiu por milênios? Estes eventos possuem uma qualidade de inefável que desafia qualquer regime discursivo.

Eles não se deixam integrar plenamente numa narrativa, pois o seu conteúdo é, em última instância, a própria negação da continuidade e da significação. Uma semiótica adequada a este tempo deve, portanto, desenvolver uma sensibilidade para o negativo. Ela deve aprender a ler os rastros do que já não está presente, as marcas de uma ausência que se torna, ela própria, um signo poderoso.

O silêncio onde antes se ouviam os cantos de certos pássaros, a paisagem plana onde antes se erguia uma geleira, tornam-se signos indexais de uma perda colossal. Esta semiótica operaria no modo elegíaco ou traumático, preocupada menos com a comunicação de um conteúdo positivo e mais com a transmissão de uma lacuna, de uma ferida no tecido do mundo.

Ela aproxima-se da função da poesia ou da música que, por vezes, conseguem evocar o inefável não através do que dizem, mas através do que calam, da estrutura que impõem ao silêncio.

Neste registro, a materialidade do signo – o som das palavras, a textura da tinta, o peso de uma pedra – torna-se crucial, pois é nela que se inscreve, de forma não representacional, a experiência do trauma ecológico. Significar o Antropoceno, nestes termos, não é encontrar a metáfora correta para a perda; é antes encontrar formas de deixar que a perda ressoe no interior dos próprios sistemas de significação, perturbando-os e reconfigurando-os a partir de dentro. É uma semiótica que aceita o seu próprio limite, que reconhece que há algo que resiste à significação, e que faz desse reconhecimento o ponto de partida para uma nova economia, mais humilde e mais atenta, do sentido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Se os capítulos anteriores se debruçaram sobre o colapso da linguagem perante o hiperobjeto e a emergência de uma semiótica dos coletivos, é imperativo examinar como essa crise semiótica fundamental redefine as próprias relações humanas. O Antropoceno, ao dissolver a fronteira estável entre natureza e cultura, não apenas introduz os não-humanos na arena da significação, mas também recalibra radicalmente os laços que unem

os humanos entre si. Este capítulo argumenta que a experiência do hiperobjeto gera uma nova condição relacional humana, caracterizada por uma solidariedade negativa, uma temporalidade distendida e uma ética da responsabilidade ampliada, todas mediadas pela aporia representacional.

A relação humana tradicional, no paradigma holocênico, era construída sobre bases geográficas, culturais, linguísticas ou políticas partilhadas. A comunidade era definida pela proximidade e por uma experiência de mundo comum. O hiperobjeto, pela sua própria natureza não-localizável e viscosa, subverte este modelo. A mudança climática, por exemplo, manifesta-se localmente em eventos extremos específicos (uma inundação aqui, uma seca acolá), mas a sua causa e a sua realidade total são globais e distribuídas.

Isto cria uma nova forma de vínculo social, que não é baseado na partilha de uma identidade positiva, mas na exposição comum a uma ameaça irrepresentável. Como afirma Morton (2013), o hiperobjeto coloca-nos todos “na mesma mesa”, mas é uma mesa para a qual ninguém convidou ninguém e cuja refeição é, ela própria, tóxica. Esta é uma solidariedade negativa: os humanos são unidos não pelo que são ou pelo que constroem juntos, mas pelo que sofrem em comum – uma vulnerabilidade partilhada perante uma entidade que os transcende e os engloba.

Esta solidariedade negativa é paradoxal. Por um lado, gera a possibilidade de uma comunidade global forçada, um “nós” antropocêntrico que, pela primeira vez na história, pode incluir toda a humanidade, ainda que apenas como refém de uma mesma condição de risco. Por outro lado, esta comunidade é profundamente assimétrica. Os impactos dos hiperobjetos recaem com violência desproporcional sobre as populações mais vulneráveis, que menos contribuíram para a sua gênese. A linguagem que tenta descrever esta comunidade – “humanidade”, “nós” – é, portanto, tão viscosa e problemática quanto o próprio hiperobjeto. Ela tanto pode servir para uma mobilização ética universalista quanto para mascarar injustiças profundas, tornando-se um campo de batalha semiótico onde se disputam a responsabilidade e a culpa.

O segundo eixo de reconfiguração das relações humanas diz respeito ao tempo. As relações humanas são tradicionalmente estruturadas por temporalidades sociais relativamente curtas: a memória de uma geração, o ciclo de vida de uma instituição, o horizonte de um projeto político. O hiperobjeto introduz uma escala temporal geológica

na equação relacional. A radiação nuclear ou a persistência do plástico no ambiente falam de uma duração que abrange milênios, projetando-se num futuro tão distante que se torna quase inimaginável.

Esta temporalidade distendida força uma redefinição radical da responsabilidade intergeracional. Já não se trata apenas de legar um mundo melhor aos nossos filhos e netos, num horizonte de um ou dois séculos. Trata-se de se reconhecer como elo numa cadeia de agentes cujas ações ecoarão por dezenas de milhares de anos, afetando incontáveis gerações de humanos (e não-humanos) que nunca conheceremos. A relação com estes Outros futuros e distantes é, por definição, irrepresentável. Não podemos imaginar suas subjetividades, suas culturas, suas línguas.

Assim, a ética que daí emerge não pode ser baseada na empatia ou no reconhecimento, mas num imperativo abstrato e quase negativo: a obrigação de não condenar ao sofrimento ou à impossibilidade de existência aqueles que virão depois de nós. Esta relação é mediada pelo silêncio e pelo deficit representacional. Como narrar o nosso vínculo com esses futuros humanos? A linguagem falha, e o que resta é o peso mudo de uma responsabilidade que só pode ser assumida como um acto de fé num futuro que nunca poderemos testemunhar ou compreender plenamente.

No regime holocênico, as relações humanas eram mediadas predominantemente pela linguagem verbal e por sistemas simbólicos partilhados (leis, narrativas, valores). No Antropoceno, as relações humanas são cada vez mais mediadas pela materialidade dos actantes não-humanos. O que liga o consumidor de um país rico a um trabalhador numa linha de produção de um país pobre e ao ecossistema que a rodeia não é um discurso partilhado, mas a cadeia material e semiótica de um produto – um smartphone, uma peça de roupa, um alimento.

Seguindo a proposta de uma semiótica materialista, estes objetos são portadores de relações sociais e ecológicas coaguladas. Eles são, como diria Latour (2020), coletivos condensados. A sua materialidade – os minerais de conflito, os resíduos tóxicos, as emissões de CO₂ do transporte – é a forma como as relações de exploração, consumo e impacto se tornam visíveis e palpáveis. O hiperobjeto, assim, não destrói as relações humanas; antes, re-materializa-as, tornando-as visíveis através dos seus rastros ecológicos e materiais.

Isto significa que entender as relações humanas no século XXI exige que se sigam estes fios materiais. A semiótica deve cartografar como um acordo comercial (signo cultural) está intrinsecamente ligado a uma lei de desregulamentação ambiental (outro signo cultural) e ambos à proliferação de algas tóxicas num estuário (signo material não-humano). A relação entre o legislador e o pescador que perde o seu sustento é agora mediada pela química da água. A linguagem verbal torna-se insuficiente para dar conta desta mediação complexa, que exige uma leitura que integre o discurso político, a formulação legal, a reação bioquímica e a prática social.

Finalmente, a crise da representação e a entrada em cena dos não-humanos como actantes obrigam a um reposicionamento da enunciação humana. Se, como propõe Fontanille (2008), a enunciação deixa de ser um monopólio humano para se tornar uma propriedade das redes híbridas, então o próprio reconhecimento do outro humano muda de natureza.

Num coletivo onde um rio, uma espécie em extinção ou uma concentração de CO₂ têm uma voz material e exigem ser levados em conta, a relação eu-tu humano é necessariamente descentrada. Já não se trata apenas de dois sujeitos linguísticos a dialogar, mas de dois actantes dentro de uma rede muito mais vasta, cuja interação é constantemente perturbada e reconfigurada por forças não-humanas. O diálogo entre dois humanos sobre o futuro de um território é, na verdade, um multilógo que inclui, como participantes mudos mas eficazes, a geologia do local, os padrões de migração animal, os ciclos hidrológicos.

Isto pode gerar uma nova forma de humildade relacional. Perceber que a nossa comunicação com o outro humano é sempre incompleta, porque ambos estamos inseridos num contexto material mais vasto que fala através de nós e independentemente de nós. O objetivo da comunicação deixa de ser alcançar um consenso puramente intersubjetivo para se tornar negociar uma coabitação num coletivo híbrido. A relação com o outro humano passa, inevitavelmente, pela nossa relação colectiva com os não-humanos que partilhamos e que constituem o nosso mundo comum.

Neste sentido, o Antropoceno, enquanto crise semiótica, não isola os humanos; pelo contrário, re-conecta-os de maneira radical e por vezes brutal. Mas esta reconexão não se dá no plano tranquilo da linguagem partilhada; dá-se no plano turbulento da materialidade partilhada, da vulnerabilidade partilhada e de uma responsabilidade

partilhada por um mundo do qual somos, simultaneamente, autores, vítimas e administradores incapazes de compreendê-lo por completo. As relações humanas tornam-se, assim, mais complexas, mais pesadas e mais urgentes, exigindo novas formas de escuta, de negociação e de cuidado que estão ainda por ser inventadas.

4 CONCLUSÃO

O percurso traçado neste artigo partiu da constatação de uma aporia – a incapacidade da linguagem de representar adequadamente os fenômenos do Antropoceno – para desembocar na proposta de uma reconfiguração radical do projeto semiótico. Confirmou-se a hipótese inicial de que a crise é estrutural, derivada do carácter dos hiperobjetos e do colapso do dualismo natureza/cultura que servia de base para os pactos modernos de significação. A linguagem representacional, de feição holocênica, mostra-se um instrumento inadequado para dar conta de uma realidade que é, simultaneamente, hiperbólica em escala e intimamente híbrida na sua constituição.

Os resultados desta investigação teórica apontam para a necessidade de a semiótica se reinventar como uma disciplina do negativo e da materialidade. Ela deve desenvolver uma sensibilidade aguçada para os silêncios, as ausências e os traumas que marcam a experiência contemporânea do mundo, aprendendo a ler o que não é dito mas se faz presente como ferida ou como fantasma. Simultaneamente, deve engajar-se numa virada materialista que a permita seguir os fios dos actantes não-humanos, tomando a sua agência física e química como parte integrante do processo de significação, e não como seu mero pano de fundo.

Esta proposta não esgota o campo de investigação; antes, abre inúmeras frentes. Estudos futuros poderiam aplicar esta lente semiótica expandida à análise concreta de controversas ambientais, examinando como diferentes colectivos – científicos, indígenas, ativistas, corporativos – tentam dar voz (ou calar) os actantes não-humanos em jogo. Outra linha fértil residiria na análise de narrativas artísticas e literárias que tentam formalizar esteticamente a experiência do hiperobjeto, explorando como a ficção, a poesia e as artes visuais podem estar a desenvolver, intuitivamente, as novas ferramentas de sentido que a teoria ainda está a tentar articular conceptualmente. O Antropoceno,

enquanto crise semiótica, não é o fim do sentido, mas o convite urgente para a sua reinvenção numa chave mais humilde, mais atenta e finalmente mais mundana.

REFERÊNCIAS

FONTANILLE, J. Pratiques sémiotiques. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

LATOUR, B. Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Tradução de Maryalua Meyer. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

MORTON, T. Hyperobjects: Philosophy and Ecology after the End of the World. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

PAOLUCCI, C. Cognitive Semiotics: Integrating Signs, Minds, Meaning and Cognition. Cham: Springer International Publishing, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-59975-9>

VON UEXKÜLL, J. The theory of meaning. Semiotica, v. 42, n. 1, p. 25–82, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/semi.1982.42.1.25>